

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REFLEXÕES SOBRE A SÍNDROME DE ASPERGER**

Germana E. Diniz Falcão Silva  
 *Holding Britânia UniGrendal- UniGrendal*  
[germanadiniz@hotmail.com](mailto:germanadiniz@hotmail.com)

Kiara Diniz Silva  
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG  
[kiara\\_diniz\\_8@hotmail.com](mailto:kiara_diniz_8@hotmail.com)

Orientadora: Kátia Farias Antero  
 *Holding Britânia UniGrendal- UniGrendal/IESM*  
[professorakatiaantero@hotmail.com](mailto:professorakatiaantero@hotmail.com)

**Resumo:** O trabalho pedagógico na escola deve ser voltado para uma perspectiva de inovação, conduzindo nesse caminho todos os sujeitos envolvidos na comunidade escolar sendo professores e/ou alunos, a saber que todos que formam essa instância educativa possuem direitos iguais e como cidadãos devem merecer a mesma qualidade de educação já garantida pela própria Constituição Federal. As mudanças nos sujeitos que formam a escola requer uma alteração na postura, visando criar e transformar o meio social e a cultura. A educação em uma visão que possibilita a inclusão é uma das conquistas garantida a todos que possuem necessidades especiais e que merecem um atendimento adequado a suas necessidades. Para tanto, os envolvidos no processo educacional, principalmente professores, precisam entender os limites dos alunos, procurando atendê-los de acordo com suas possibilidades de respostas no aprendizado. Assim, este trabalho tem a pretensão de promover algumas reflexões acerca da inclusão da criança com Síndrome de Asperger no ensino regular em uma escola da rede particular do município de Campina Grande – PB, analisando as possibilidades e os desafios enfrentados pelo educando do decorrer das ações pedagógicas da instituição. Tomamos como norte alguns estudiosos como Vigotski (1994), Dorziat (2009), Mittler (2003), e outros autores na área pesquisada. Teremos como metodologia observações, registros diários de campo e leituras teóricas que fundamentem os dados obtidos. A pesquisa ainda em percurso revela que o aluno com Síndrome de Asperger possui suas limitações, no entanto, é um discente que inserido devidamente no ambiente escolar, consegue desenvolver suas atividades cotidianas como os demais alunos, podendo avançar naturalmente. Pesquisas como essa são importantes para todos aqueles que se interessam em saber mais sobre a temática e em como incluir um aluno com essa síndrome na escola comum.

**Palavras – chave:** Síndrome de Asperger, inclusão, desafios, possibilidades.

## Introdução

Durante todo o percurso da história acreditava-se que uma pessoa que tinha deficiência seja lá de qual tipo fosse seria um sujeito que não tinha a menor possibilidade de inserção escolar.

Mas esse paradigma aos poucos vem sendo desmistificado e novas discussões sobre inclusão vêm sendo destacada entre os que formam a escola. Como a Constituição Brasileira garante uma educação igualitária para todos os cidadãos, a escola deve exercer seu papel como contribuinte na formação de cidadania e possibilitar a inserção de todos aqueles que possuem deficiência ou não no contexto escolar.

Diante disso, o indivíduo que possui a Síndrome de Asperger deve ser visto como igual cidadão e que tem direito a tratamento igual a todos da escola regular e que requer especificidade que visem suprir suas necessidades, tendo em vista que a instituição deve se adequar para inserir e adaptar todos os alunos com deficiência já que a perspectiva prevê que se façam relações com a educação inclusiva como possibilita o direito à diversidade.

Discute-se bastante sobre o processo de inclusão nas escolas, mas é preciso refletir que não basta apenas à escola abrir as portas para a inserção desse aluno com deficiência, é preciso suprir suas necessidades de aprendizagem e os professores devem receber suporte e orientação para saber lidar com esse aluno que detém de um atendimento diferenciado dos demais.

Diante disso, pesquisas e trabalhos desse porte são interessantes de serem debatidos com viés ao eixo educativo, uma vez que as ações desenvolvidas com alunos com deficiência e em destaque a Síndrome de Asperger ainda não tem sido explanado em suas especificidades. Cada tipo de deficiência apresenta suas características e o professor deve se adequar a realidade de aprendizagem desses alunos objetivando seus avanços na aprendizagem, mas respeitando seus limites.

Assim, essa pesquisa tem como objetivo promover reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com Síndrome de Asperger e as ações pedagógicas que são desenvolvidas com ela em uma escola da rede privada de ensino de Campina Grande – PB, analisando seus avanços e desafios no processo escolar.

Acreditamos que a leitura dessa pesquisa será de considerável contribuição para ampliar o conhecimento de todos aqueles que se interessam pela abordagem desse assunto e em como saber lidar de maneira mais proveitosa com uma pessoa que possui a síndrome em pauta.



## **Discutindo sobre as deficiências e a inclusão escolar**

Segundo Mazzota (2001) a deficiência era vista como um impedimento para que uma pessoa pudesse aprender normalmente na escola. Mas a história revelou grandes destaques de pessoas que ocuparam um lugar na sociedade e que tinham suas deficiências. Citemos dentre eles o famoso Aleijadinho, Antonio Francisco Lisboa, que devido à doença que lhe acometeu tirando seus movimentos, não o impediu de ser reconhecido como o artista plástico do século, revelando a todos que apesar de suas limitações físicas conseguia desenvolver seus talentos.

Pianista inovador, Beethoven compunha suas músicas e mesmo sendo surdo, foi um gênio que tocava piano e regia orquestras. E sem deixar de mencionar Albert Einstein, Mozart, dentre outros. Todos eles possuíam um área cognitiva avançada desempenhando seus “dons” de forma exemplar. Fica evidente que eles conseguiram avançar além dos seus limites e escrever suas histórias (GEOERGEN, 2013). O que comprova que as pessoas com Síndrome de Asperger (S.A) podem ter uma memória fora do normal, memorizando datas, compromissos e apresentando um vocabulário avançado. Assim, é reforçado pelas palavras de Vasques (2001) ao explicar que

O homem [num contexto macro] pode ser lido. A vida humana é análoga a um texto. A hermenêutica contemporânea estende esta noção para todos os campos da existência humana. Assim como um texto, a vida expressa sentimentos construídos através da leitura, da interpretação e da compreensão. Dessa maneira, a leitura torna-se uma metáfora para problematizar a pluralidade das formas de ser e estar, incluindo fenômenos sociais, culturais, educacionais, subjetivos. Somos todos livros/textos inacabados a espera de leitores generosos (VASQUES, 2011, p. 2).

Reforçando as afirmações supracitadas, o desenvolvimento humano deve ser refletido como um processo de atualizações das capacidades que são adquiridas ao nascer e que vai depender da maturação a qual o sujeito será exposto, sendo analisados em suas mudanças quantitativas, dentro de uma perspectiva de aquisições acumulativas, que são organizadas em uma hierarquia formando um repertório que é crescente de maneira gradual e linear (VIGOTSKI, 1994).

Portanto, é sabido que todas as pessoas têm a capacidade de desenvolver sua cognição e que dependerá dos estímulos vivenciados durante seu processo de evolução, nesse caso devemos ampliar o conhecimento do indivíduo, buscando uma aprendizagem significativa. Assim, a escola é ponto de partida para uma inclusão escolar que promova a igualdade.



Ao olhar de Ferreira (2005, p. 44), a inclusão tem sido vista em sua maioria como sinônimo que proporciona a integração de estudantes com deficiência no ensino comum, explicando o seu vínculo com a educação especial.

Já Mitter (2003, p.34) explica que há diferenças entre inclusão e integração, uma vez que, ao falar sobre inclusão envolve uma abrangência maior por parte da escola quanto ao seu currículo e formas de avaliar, a pedagogia aplicada e ainda como os alunos desenvolvem atividades em grupo.

Em relação a integração, está relacionada a preparar os estudantes de modo que possam ser colocados nas instituições de ensino regulares, que envolve um conceito de “prontidão” a fim de que o aluno seja transferido de uma escola especial para uma instituição regular, isso segundo Blamires (apud MITTER, 2003, p.34)

O ensino inclusivo é um direito básico e que todos precisam compreender que essa visão não é algo que precisa ser conquistado, é um direito (Stainback & Stainback,1999). Esse é de ampla abrangência porque não basta incluir os estudantes com necessidades especiais na sala de aula, mas necessita ser ofertada uma educação que seja igual, onde se busque vias de aprendizagem, possibilitando o acesso e a permanência desses alunos nas instituições de ensino regular. Assim, como as demais deficiências, incluir um aluno com S.A implica em oferecer-lhe uma educação propícia e com qualidade para que possa desenvolver seu aprendizado com qualidade a fim de que sejam autônomas, pois já registrava Paulo Freire (2015) “(...) ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a produção ou a sua construção” (FREIRE, 2015, p. 25)

A Constituição Federal criada em 1988, a Declaração de Salamanca, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e ainda o Plano Nacional de Educação de 2001, criaram leis que deram base à inclusão.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) podemos encontrar no artigo VI que “Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei”. Já no artigo VII há registros que “Todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948). Com o apoio da Constituição Federal esse direito passa a fazer parte de sua nomenclatura dando destaque a educação como sendo um direito pertencente a todas as pessoas como essencial e que o Estado tem o dever de oferecê-la. Em seus registros pauta-se no Artigo 205:



A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No Artigo 206, inciso I é afirmado que o ensino precisa ser pautado no princípio de igualdade de condições para que o aluno tenha acesso e tenha permanência na escola. Nessa visão, é obrigação do Estado oferecer acesso escolar nem que para isso às instituições sejam adaptadas, reestruturas na parte física, que possa possibilitar o oferecimento a programas especializados em horário opostos às aulas e que os profissionais sejam aptos a oferecer um ensino adequado à realidade ao nível de aprendizagem do educando.

Esses dizeres são reforçados no artigo 208 no que tange a responsabilidade onde “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino [...]” (MAZZOTA, 2005, p.77).

Complementando ainda destacamos que essas afirmações são enfatizadas também no que tange a Constituição Federal título VIII, da ordem social com o artigo 208 discorrendo que “o atendimento educacional especializado para portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 2001, p.10).

Falar sobre o processo de inclusão escolar envolve o comprometimento de todos, sendo eles professores e comunidade escolar, objetivando não o fato de dizer que a escola é inclusiva por aceitar alunos com deficiências, mas que a educação oferecida a esse público seja qualitativa, caso contrário todo esse conceito formado será de exclusão e não de inclusão.

[...] reconhecer a diferença é reconhecer, sobretudo, as potencialidades dos alunos. Além desse reconhecimento, a viabilização de um ensino democrático requer que haja reflexão sobre a sociedade a que se destinam os esforços educativos, no sentido de que sejam proporcionadas igualdade de oportunidades, por meio da desmistificação das relações de poder presentes também nos micros espaços sociais (DORZIAT 2009, p. 69).

A diversidade tão debatida atualmente deve propor a inclusão como algo natural e que todos devem aceitá-la para que as diferenças existentes sejam superadas, pois cada ser humano independente de ter ou não determinada deficiência, possui suas individualidades e particularidades que mesmo que não sejam aceitas que sejam respeitadas.

Na LDB, mais precisamente nos incisos 1º e 2º do Artigo 58, é preciso que haja um apoio especializado por parte da instituição escolar sempre que necessário para suprir as necessidades dos educandos e que o atendimento deva ser ofertado nas classes, nas escolas ou



por serviços especializados, sempre que houver possibilidade de integração desses alunos nas turmas comuns da rede de ensino regular.

O Artigo 59 da LDB, fala que as instituições asseguraram aos educandos, currículos, métodos e recursos para atender as suas necessidades, professores especializados e aptos para integrar esses alunos na sala regular.

Diante desses estudos, cabe que o currículo também deve ser diversificado visando atender as peculiaridades do estudante. Assim, a escola precisa ter e manter uma estrutura física adequada para que a criança tenha livre acesso, e ainda possuir uma equipe docente que facilite a apropriação do que se aprende. No Plano Nacional de Educação, encontramos que é essencial que a escola ultrapasse suas barreiras arquitetônicas, destacando a importância do material didático-pedagógico que supram as indispensabilidades e a qualificação dos profissionais da educação que trabalham no ensino fundamental, uma vez que, deva ser essencial buscar formação específica.

Acreditamos que a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais por apresentarem autismo deve ser realizada de modo criterioso e bem orientado, que vai variar de acordo com as suas possibilidades individuais de cada aluno (MEC, 2004).

Segundo o que está orientado no Ministério da Educação e Cultura (MEC) tornou-se essencial que os estudantes com necessidades especiais no ensino regular, precisam contar com salas de apoio e professores especializados que tenha propriedade metodológica em intervir no processo ensino – aprendizado, aplicar e desenvolver avaliações diversas, organizar suas ações e saiba aplicar as estratégias devidas e cada tipo de necessidade, bem como sabendo intervir em problemas de comportamento.

Na Declaração de Salamanca, está notificado que todo infante tem direito indispensável à educação oportunizando-lhe atingir e manter o nível propício de aprendizado, de modo que sejam respeitadas as individualidades de cada pessoa.

O fato é que muitas conquistas já tiveram êxito, mas devemos efetivamente concretizar tudo aquilo que é almejado na perspectiva de uma educação inclusiva como uma prática no cotidiano escolar, uma vez que ainda é muito difícil vermos escolas que democratizam o ensino.

## A SÍNDROME DE ASPERGER

A pessoa com essa síndrome apresenta dificuldades de relacionamento com outras pessoas, apresentam comportamentos repetitivos e discursos repetitivos. Ainda carece de pesquisas e estudos para compreendê-la mais profundamente. Pode ser confundida com o autismo e com outros tipos de deficiências, apenas um médico poderá dar o diagnóstico preciso. Todos que convivem com a pessoa com a S.A devem estar atentos aos comportamentos que à evidenciam, para que se possa oferecer um atendimento específico e com qualidade.

Segundo as pesquisas de Segar (2007) os infantes com S.A tem dificuldade de se comunicar e em sua maioria não olham nos olhos da outra pessoa, ficando com sua cabeça abaixa durante o contato, seu comportamento pode ser agressivo e muitas vezes ofensivo. Zukuskas (2011), ainda completa que apenas especialistas podem realizar o diagnóstico e que precisa dedicação para entender as características e suas formas de manifestação evitando diagnósticos errôneos. Teixeira completa explicando que a S.A não consegue interagir emocionalmente com outras pessoas e apresenta dificuldade no desenvolvimento dessas habilidades.

Dessa forma, cabe a escola promover o acesso aos diversos saberes e socializar os alunos que se inserem no processo de inclusão escolar. Assim, os professores precisam saber como intervir sem que trate o aluno especial como um “coitado”. Ele é um aluno tão importante como outro qualquer e que sua limitação não quer dizer que os docentes precisam fazer tudo aquilo que o aluno especial deseja, mas fazer o que ele precisa. Em todo caso, o professor precisa estar capacitado e preparado para saber lidar com esses alunos estabelecendo vínculos de empatia. Podemos destacar:

Este fato é bastante interessante na medida em que a socialização é um aspecto importante para uma inclusão escolar bem-sucedida, pois a convivência dos alunos com necessidades educacionais especiais em ambientes comuns e as interações sociais que se estabelecem servem para aumentar uma variedade de habilidades comunicativas, cognitivas e sociais, bem como para proporcionar aos alunos proteção, apoio e bem-estar no grupo. Stainback e Stainback (1999, p.04)

A inclusão das crianças com S.A nas instituições regulares de ensino é uma necessidade, segundo Martins, Silva e Mainardes (2010). Os autores ainda completam que apenas em alguns casos particulares em que o aluno necessite de acompanhamento de instituições específicas é que deve ser vinculado para elas. Visto que a escola auxilia o aluno a pensar, ser autônomo, tornarem-se capazes de compreender a realidade.



## **Metodologia**

A referente pesquisa foi realizada em uma escola da rede privada de ensino da cidade de Campina Grande – PB. Nossa intenção foi promover algumas reflexões sobre a forma como uma criança que possui a Síndrome de Asperger foi incluída na instituição levando em consideração suas limitações, respeitando-as e promovendo avanços de acordo com suas respostas. Optamos por uma pesquisa qualitativa, pois para Chizzotti (2003, 222) a pesquisa qualitativa,

[...] opõe-se de modo geral à quantitativa, enquanto esta recorre à quantificação como única via de assegurar a validade de uma generalização, pressupondo um modelo único de investigação, derivado das ciências naturais, que parte de uma hipótese-guia, só admite as observações externas, que siga um caminho indutivo para estabelecer leis, mediante verificações objetivas, amparadas em frequências estatísticas.

Esse tipo de pesquisa nos permite observar mais de perto o problema a ser investigado de modo que possamos acompanhar de maneira mais aproximada todos os fatos que ocorrem no processo de investigação.

## **Resultados e discussões**

Utilizaremos o codinome João Henrique para o aluno que ocupa papel de investigação de nossa pesquisa. O mesmo faz parte da turma do 8º ano e estuda na mesma instituição escolar de ensino regular desde o 6º ano.

A família do aluno é bem consciente de todo o seu processo cognitivo. Por ter formação na área de educação, facilita o acompanhamento de sua aprendizagem. Acompanha pela agenda as atividades desenvolvidas, ou busca a escola para se informar e ajudá-lo a realizar as solicitações dos professores.

Sempre presente na escola, a mãe reconhece todas as ações desempenhadas com relação a aprendizagem do seu filho. A escola tenta desempenhar como premissa principal a autonomia dele, pois sabemos que em pouco tempo esse aluno estará no ensino médio e posteriormente na faculdade. Apesar de todo aparato legal sabe-se que em prática a grande maioria dos professores ou instituições não seguem ao pé da letra o que rege a Lei de Inclusão, podendo não considerar suas limitações e a necessidade de uma avaliação diferenciada que proporcione ao aluno um bom desempenho nas suas atividades acadêmicas.. A mãe de João Henrique tornou-se uma pesquisadora sobre a síndrome e tem ajudado muito no seu desenvolvimento social, sabe-se que o ambiente familiar é primordial no





desenvolvimento dos princípios e valores fundamentais para a convivência, o que vem a facilitar seu convívio com os colegas.

No que se refere aos docentes, todos compreendem João Henrique como um aluno que segue métodos. Toda a sua rotina é muito parecida e a coordenação os orienta quanto à questão a sua aprendizagem. A exploração da oralidade tem sido eficaz, para a análise do que é dominado pelo aluno e para comprovar sua participação ativa no processo ensino-aprendizagem, destacando sempre seu prazer em desenvolvê-las.

As atividades escritas desenvolvidas igualmente a todos os alunos, não são a ele excluídas. Mas são desenvolvidas com um atendimento diferenciado que visa suprir suas particularidades. A escola disponibiliza uma Pedagoga e especialista na área, para acompanhar no desenvolvimento das avaliações, auxiliando-o a compreender os comandos das questões.

João Henrique tem um bom relacionamento com os colegas da escola e com todos os funcionários. Talvez o fato de ele ser matriculado na escola pelo terceiro ano consecutivo contribua para isso. A maioria dos alunos de sua turma são os mesmos que estudam com ele desde o 6º ano. Seus amigos sentem o seu progresso e João é tratado normalmente como os demais e não se sente rejeitado. Quanto mais socialização ele tiver mais será incluído na escola conforme é reforçado por Stainback e Stainback (1999).

Quanto às ações desenvolvidas em sala de aula, João Henrique consegue participar de trabalhos em grupos, faz registro de atividades, mas algumas vezes deixa a desejar por conta do tempo, gerando nele uma preocupação. Nesses momentos recebe auxílio de colegas ou educadores, acompanha as informações repassadas através de aplicativos de relacionamento criados pela turma em que participa. Por ser metódico, cobra dos professores os registros da agenda, organizando bem sua rotina. É notório o esforço que o aluno realiza para compreender e sua aprendizagem é satisfatória, reforçando o fato de que um aluno com a síndrome pode ir além do seu limite, como bem coloca (GEOERGEN, 2013).

No momento dos intervalos apresenta comportamentos diversos. Por vezes participa com os colegas de brincadeiras, outras vezes se reserva fazendo uso do celular, mas isso é uma opção dele. Nos eventos promovidos pela escola, João se sai muito bem. A escola tem uma política na qual os eventos abertos ao público dão liberdade ao discente. Os alunos ficam à vontade para explanar o conhecimento desenvolvendo bem a oralidade. Sua participação nos eventos é espontânea, os professores apoiam e incentivam, pois somente através de uma educação cultural que o indivíduo consegue evoluir como nos aponta Vigotski (1994).



Talvez por ser tão bem assistido pela família e a escola, uma pessoa que não tenha conhecimento das dificuldades específicas dele, não percebe que é acometido dessa necessidade, se sobressaindo até melhor que outros alunos de sua turma em muitos aspectos.

## **Conclusão**

A pesquisa foi de suma importância para a autoria envolvida no estudo, pois promoveu um crescimento sobre a temática, além de instigar a ânsia de buscar novas perspectivas sobre o assunto em pauta.

Todos os dados obtidos durante esse processo investigativo nos levaram a perceber que é possível incluir um aluno com S.A em uma escola de ensino regular, possibilitando aprendizagem de acordo com suas respostas.

O relacionamento entre os sujeitos que formam a escola é deveras importante e o aluno em destaque apresenta um bom relacionamento com todos, isso revela que quando bem trabalhada a socialização do aluno com o meio que convive pode se superar algumas dificuldades presentes nessa síndrome.

Incluir o aluno com necessidades especiais na escola advém de alterações no currículo, estruturas físicas, profissionais qualificados que formem uma instituição adequada a esse tipo de aluno e acima de tudo, é necessário a sensibilidade dos profissionais para atendê-lo.

Acreditamos que as propostas metodológicas dos professores contribuem consideravelmente para que o aluno com Síndrome de Asperger avance no aspecto cognitivo e em outras nuances. Além disso, o fato de ter um aluno com essa síndrome na escola instiga aos professores buscarem a formação adequada que possibilite um ensino- aprendizagem de qualidade.

Sempre haverá possibilidade de inclusão escolar mediante o respeito às leis que são estabelecidas e que devem ser cumpridas. Ainda a passos lentos percebemos avanços, acreditando que a medida que o tempo passar novos vãos serão alcançados em relação a inclusão escolar com vista as deficiências, principalmente a Síndrome de Asperger.

Através das discussões e observações no decorrer dessa pesquisa, não podemos deixar de destacar o quanto o acompanhamento da família é importante para que o aluno avance na escola e melhore sua socialização dentro e fora dela. E ainda que o fato de se ter um professor que possa acompanhar o aluno com Síndrome de Asperger, torna um aprendizado mais fácil e o conhecimento mais significativo nas suas atividades diárias.

## Referencia bibliográfica

BRASIL, Ministério da educação. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica/secretaria de educação especial-MEC**; SEESP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: LDB** (Lei nº. 9.394)

\_\_\_\_\_. (1988) **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. 1989

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios**. São Paulo: Revista Portuguesa de Educação, 2003.

DORZIAT, A. **Inclusão escolar: para além do discurso oficial**. In: (org.). O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas identidade/diferença, currículo e inclusão. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 61-82

FERREIRA, Windyz B. **Educação inclusiva: Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos?** Inclusão - Revista da Educação Especial - Out/2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GEORGEN, S. M. Para entender a Síndrome de Asperger. Porto Alegre: Artmed. **Revista Patio**, no 65, fevereiro 2013.

MARTINS, M. A. G. SILVA, Y. C. R. MAINARDES, S. C. C. **Uma visão sobre a síndrome de Asperger**. Maringá, 2010. Disponível em:  
<[www.cesumar.br/prppge/pesquisa/mostras/quin\\_mostra/marcio\\_antonio\\_giansante\\_martins.pdf](http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/mostras/quin_mostra/marcio_antonio_giansante_martins.pdf)> Acesso em: 07 de out.2016.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: historia e políticas públicas**. 5. ed. – SaoPaulo: Cortez, 2001.

VASQUES, C. K. Uma leitura sobre o atendimento educacional de alunos com transtornos globais do desenvolvimento: diálogos sobre o acontecer da compreensão. In: SEMINARIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCACAO ESPECIAL, 6, 2011, Serra. **Anais...** Serra: UFES, UFGRS, UFSCar, 2011.

SEGAR, M. **Guia de Sobrevivência para Portadores da Síndrome de Asperger**. 2007.

STAINBACK, S; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. In: \_\_\_\_ (org.). Porto Alegre: Artmed, 1999.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. Sao Paulo: Martins Fontes, 1994.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ZUKAUSKAS, P. R. **Revista Multidisciplinar de desenvolvimento humano**. n 4, Nov, 2001.